

ESTILO, ETHOS E FUNCIONAMENTO DISCURSIVO NA SEÇÃO TENDÊNCIAS/DEBATES DA FOLHA DE S. PAULO

Edvania Gomes da SILVA*

Resumo: *Este artigo analisa o estilo da seção Tendências/Debates, publicada no jornal Folha de S. Paulo. Trata-se de verificar a contribuição do estilo (ou efeito de estilo) para a relação polêmica estabelecida entre os textos publicados na citada seção. Para tanto, são examinados diferentes indícios lingüístico-discursivos. As análises revelam que o estilo da seção Tendências/Debates é marcado por várias estratégias argumentativo-discursivas. Tais estratégias dependem, principalmente, do ethos, materializado por meio de diferentes marcas textuais, e do estilo individual do autor.*

Palavras-chave: *discurso; jornal; ethos; efeito de autoria; polêmica.*

1. Introdução

Neste artigo, será focalizada a relação entre discurso, gênero e estilo no interior da seção Tendências/Debates (T/D), da Folha de S. Paulo. O objetivo deste trabalho é verificar em que medida a presença de certos traços estilísticos contribuem para a constituição dos textos da citada seção. Nesse sentido, analisaremos (1) a relevância de certos traços de singularidade que estão presentes em cada um dos artigos publicados, pois acreditamos que a noção de estilo supõe o trabalho de um sujeito (Granger, 1968; Possenti, 1988); (2) as coerções singularizadoras dos gêneros do discurso que, de acordo com alguns autores (Bakhtin (1979); Mayrink-Sabinson (1999)), também constituem lugares de manifestações estilísticas; e, principalmente, (3) a emergência do estilo enquanto efeito de sentido e, portanto, enquanto construção discursiva (Discini, 2003). Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que a seção Tendências/Debates apresenta, em sua es-

* Mestre em Lingüística. Docente do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários (DELL), na área de Lingüística (áreas de concentração: Lingüística de Texto e Análise de Discurso), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: edvania_g@yahoo.com.br.

trutura discursivo-textual, uma relação equilibrada entre estilo individual, estilo discursivo e estilo do gênero.

Para desenvolver este trabalho, partimos da hipótese de que falar em estilo é aceitar que o sujeito é condicionado pelas estruturas lingüísticas e sociais (um sujeito do discurso), mas que, apesar disso, encontra brechas através das quais podemos entrever alguns indícios de uma certa singularidade. Para defender essa hipótese, estamos nos baseando na concepção de sujeito tático de De Certeau (1980), a partir da qual será realizada uma análise acerca dos traços (ou indícios) de singularidade presentes na seção Tendências/Debates; bem como na concepção de estilo de Granger (1968), para quem qualquer enunciado tem estilo, e não apenas os “expressivos”. Além dos autores acima citados, faremos algumas considerações acerca da problemática do estilo, segundo nos propõe Bakhtin (1979), para quem o estilo dos gêneros alia-se a um certo estilo individual, constituindo o que podemos chamar de uma alteridade lingüístico-discursiva; e também enfatizaremos alguns pontos do trabalho de Discini (2003), que analisa o estilo nos textos com base na relação entre unidade e totalidade. Dessa forma, acreditamos que as concepções de estilo postuladas acima, longe de se excluírem mutuamente, constituem um todo que possibilitará uma melhor compreensão acerca da constituição do estilo na seção Tendências/Debates.

2. Estilo: uma questão de trabalho

A noção de *estilo* tem sido estudada a partir de diferentes perspectivas teóricas. Por isso, podemos dizer que existem formas bastante diversificadas de compreender e analisar os fenômenos estilísticos. Na crítica Literária, por exemplo, existem, segundo Possenti (1988), ao menos três vertentes que se dedicam ao estudo do estilo¹.

Dentre as diferentes concepções de estilo, fazemos referência, nesta pesquisa, à noção de estilo proposta por Gilles-Gaston Granger. A proposta de Granger interessa a este trabalho na medida em que, a partir da noção de estilo postulada por esse autor, podemos supor a existência de um *estilo individual*. A concepção de estilo de Granger (1968) está baseada na relação entre *forma* e *conteúdo* que, segundo o autor, deve ser analisada como uma relação de *trabalho*. O trabalho ao qual o filósofo em questão se refere é visto não como *objeto possível de um conhecimento científico*, mas como *uma das estruturas da prática*. Ou, dito de outra forma, o trabalho é uma característica da

prática que resulta em obras. Dessa forma, para que possamos compreender melhor a noção de trabalho como proposta por Granger, explicitaremos, a seguir, a concepção de prática que está fundamentando a teoria desse autor:

A prática é a atividade considerada com seu contexto complexo e, em particular, com as condições sociais que lhe dão significação num mundo efetivamente vivido (p. 14).

A noção de vivido é muito importante para concepção de estilo que Granger desenvolve em seu trabalho. Para o autor, as diferentes maneiras de relacionar forma e conteúdo são resultado do trabalho de toda uma sociedade e, conseqüentemente, de sujeitos *construtores* que executam tarefas, realizando *escolhas* a partir das possibilidades que lhes são oferecidas em um mundo *efetivamente vivido*.

Quando tratamos da questão do estilo em Granger não podemos deixar de fazer, mesmo que de forma incipiente, uma aproximação entre um sujeito que, segundo o autor em questão, *executa tarefas* e o *sujeito tático* de De Certeau². Nem Granger, nem De Certeau negam a existência de uma estrutura que, até certo ponto, precede e determina o sujeito. Entretanto, ambos acreditam que esse sujeito consegue, a partir de *estratégias, astúcias* (se quisermos usar termos de De Certeau) ou de *escolhas* (se preferirmos um termo de Granger), movimentar e, quem sabe, *modificar* as estruturas.

Assim, quando trazemos as noções de estilo e de *efeito de estilo*³, defendidas por Granger, para o campo da lingüística e, mais precisamente, para a Análise do Discurso, podemos supor que, mesmo que dois sujeitos enunciem dentro de uma mesma Formação Discursiva ou estejam submetidos às mesmas Condições de Produção, poderá haver diferenças entre eles. Essas diferenças estarão

¹ As três vertentes são: 1) vertente psicologizante (estuda a obra como manifestação da personalidade do escritor); 2) vertente sociologizante (estuda a obra como manifestação da problemática de uma época); 3) vertente formalista (interessa-se pela materialidade da obra).

² A partir de uma releitura do livro *Vigiar e Punir* de Michael Foucault (1975), De Certeau desenvolve uma teoria segundo a qual, assim como os *dispositivos*, ligados às instituições de poder, reorganizam o funcionamento dessas instituições para exercer uma vigilância generalizada, existem procedimentos *populares* (também minúsculos) que “driblam” a disciplina e reorganizam o espaço social em busca de adequações que supram algumas de suas necessidades. Essa reorganização não é uma atitude consciente e premeditada do homem ordinário, mas sim uma resposta às necessidades dos grupos ou indivíduos sujeitos às redes de vigilância.

³ Granger define *efeito de estilo* como sendo a reorganização daquilo que sobra, ou seja, a reestruturação do *resíduo*.

centradas, principalmente, na ordem do *como* dizer (Possenti, 1988). Portanto, não estamos falando de estilo enquanto efeito da psicologia individual de um autor, mas como efeitos resultantes do trabalho. Essa constatação é relevante para este trabalho na medida em que, reconhecendo a existência desse sujeito tático, poderemos priorizar, na análise da seção T/D, não apenas os elementos que indiquem, de alguma forma, a presença de um estilo do gênero ou de um estilo do discurso, mas também identificar, no interior de cada artigo, elementos de um estilo (ou de um *efeito de estilo*) individual, que, longe de representar um retorno ao *indivíduo*, indicam apenas a existência de efeitos de singularidade dentro das diversas formações discursivas que nos assujeitam.

3. Estilo, gênero e discurso

Segundo Bakhtin (1979), a problemática dos gêneros do discurso é algo que deve ser considerado nos estudos estilísticos. Para o autor, os gêneros do discurso estão presentes em todas as esferas da atividade humana, contribuindo, significativamente, para uma melhor compreensão da relação entre a língua e os processos históricos. Nesse sentido, os gêneros do discurso são definidos como *tipos relativamente estáveis de enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera da atividade humana* (Bakhtin, 1979, p. 279). A concepção de estilo de Bakhtin está relacionada com sua teoria da enunciação. Assim, para esse autor, enunciados estáveis produzidos em uma determinada esfera social constituem formas típicas, isto é, modos de estruturação desses enunciados. Dessa forma, cada gênero constitui um estilo próprio de enunciação. Ou seja, cada gênero tem o seu próprio *estilo funcional*. Nessa perspectiva, o estilo individual, apesar de não ser abolido, passa a ser ressignificado. O estilo individual estaria, de acordo com a concepção bakhtiniana, subordinado ao estilo do gênero, pois, para Bakhtin, *nem todos os gêneros do discurso são propícios ao estilo individual* (Bakhtin, 1979, p. 283).

No caso da seção Tendências/Debates, por exemplo, a “singularidade” de cada uma das pessoas que assinam os textos, estaria subordinada as “determinações” do gênero. Dessa forma, existem coerções genéricas que limitam (mas, não neutralizam), o estilo individual do articulista. Entre esses condicionamentos genéricos, podemos citar: (1) a limitação do espaço de produção (o artigo *deve* ter um certo

número de linhas), (2) as coerções da pergunta elaborada pela equipe editorial (o articulista não *pode* escrever sobre qualquer tema, mas só sobre o tema proposto pela pergunta motivadora do debate)⁴ e, principalmente, (3) o fato de o articulista saber que haverá, naquela mesma seção, um outro texto contrário ao dele. É esse terceiro ponto que favorece o surgimento da polêmica propriamente dita. Assim, o que ocorre no caso da seção Tendências/Debates não é apenas a manifestação de um dialogismo constitutivo, segundo o qual os discursos estariam sempre polemizando, uma vez que um discurso é sempre uma “resposta” a todos os outros que com ele dialogam. Para além desse dialogismo constitutivo, na citada seção, a polêmica surge enquanto *heterogeneidade mostrada*, pois os discursos, que se materializam através dos textos nela publicados, disputam, empiricamente, o mesmo *espaço discursivo* e, considerando as coerções genéricas, o mesmo *espaço físico*.

4. O estilo da seção Tendências/Debates

Apesar de, como afirmamos no início deste artigo, estarmos considerando as concepções de estilo postuladas por autores como Granger (1968) e Possenti (1988), no que se refere ao estilo enquanto singularidade; e de Bakhtin (1979), no que se refere ao estilo dos gêneros do discurso, adotamos a definição de estilo proposta por Discini (2003), segundo a qual *o estilo é uma construção do discurso* (p. 37). Ressaltamos, porém, que propor tal definição, como veremos na análise dos dados, não exclui o reconhecimento de um *estilo individual*⁵ e nem tampouco a existência de um *estilo dos gêneros*. Portanto, ao utilizarmos a concepção de estilo de Discini, não estamos negando as demais concepções aqui apresentadas. Entretanto, acreditamos que a proposta de estudar o estilo de um texto a partir da noção de *totalidade discursiva* é a que melhor se adapta aos dados desta pesquisa e ao objetivo de analisar o discurso polêmico, priorizando a hipótese da interdiscursividade. Em virtude dessa perspectiva teórico-analítica,

⁴ Entretanto, existem articulistas que, “escapando” da pergunta inicial, abordam outras questões.

⁵ No entanto, reconhecemos, como será explicitado mais adiante, que o texto de Discini não autoriza uma aproximação entre a definição de estilo proposta pela autora e a existência de um estilo individual. Portanto, o que faremos neste trabalho é propor um diálogo entre ao menos duas teorias do estilo (estilo enquanto efeito do discurso e estilo enquanto trabalho dos sujeitos), assumindo os riscos subjacentes a esse empreendimento.

apresentaremos, a seguir, uma breve revisão dos principais aspectos enfocados na pesquisa empreendida por Discini para permitir uma melhor compreensão acerca da concepção de estilo da autora.

De acordo com Discini (2003), *o estilo apóia-se num fato formal, enquanto potencialidade de um fazer, depreensível da totalidade de discursos enunciados*. Em outras palavras, a autora relaciona estilo e discurso, postulando a existência de uma totalidade integral (*totus*) à qual subjaz uma unidade integral (*unus*). Como exemplo, Discini cita a relação entre um suposto conjunto de discursos (a imprensa dita séria) *que significa em oposição à imprensa dita sensacionalista* (p. 32). Dessa forma, ainda segundo a autora, o sentido é dado pela diferença e o todo se reconstrói nas partes. Ou seja, o estilo da imprensa dita sensacionalista é tudo aquilo que a imprensa dita séria é (a totalidade integral é que faz com que ambas se constituam enquanto meios de comunicação impressa), acrescido de uma unidade integral (tudo aquilo que as diferencia ou individualiza).

Ao optar por uma definição de estilo fundamentada na relação entre unidade e totalidade, Discini reconhece a existência de uma *norma* ou *organização imanente a uma totalidade* (Discini, 2003, p. 38). Ou seja, há uma homogeneidade regrada à qual se opõe uma heterogeneidade que garante um certo efeito de individuação. Esse efeito de individuação é o resultado da passagem da norma (*abstração do uso*) ao uso propriamente dito. Nesse sentido, o estilo pode ser definido como *estabilidade instável* (p. 28).

O estilo é, portanto, fruto de uma relação interdiscursiva na qual o interno (o estilo de um discurso qualquer) significa em oposição ao externo, o Outro pelo qual esse interno se constitui. Nesse sentido, a posição teórica de Discini é, marcadamente, discursivo-enunciativa, pois para a autora:

(o estilo é) um modo próprio de dizer de uma enunciação única, depreensível de uma totalidade enunciada. Essa perspectiva faz com que as relações de sentido convirjam recorrentemente para um centro que, longe de mostrar um sujeito empírico, cria o próprio sujeito (Discini, 2003, p. 7).

Essa posição nega a existência de um estilo individual e, portanto, a existência de um *trabalho* do “usuário” da língua. Para Discini, postular a existência de marcas de um estilo individual seria um retorno ao sujeito intencional, uma vez que os traços estilísticos estariam restritos ao que está *marcado, quer pela carga afetiva, quer pelo inu-*

sitado (Discini, 2003, p. 16).

Questionamos a posição da autora, pois, apesar de reconhecermos a existência de um *corpo discursivo* condicionado pelas “regras” estabelecidas por cada *formação discursiva*, acreditamos que a noção de *efeitos de estilo*, longe de ser um retorno à intencionalidade do sujeito, é apenas o resultado da existência de um *trabalho singular* em meio a uma totalidade homogeneizadora.

Os dados desta pesquisa não permitem falar em um *estilo individual* propriamente dito, uma vez que não estamos analisando uma obra ou um conjunto de textos de um mesmo autor. Entretanto, esses mesmos dados corroboram a hipótese segundo a qual existem diferenças na *forma*, ou seja, diferenças na ordem do *como dizer* (Possenti, 1988) que apontam para um certo *efeito de estilo*. É o que podemos constatar nos seguintes exemplos:

Exemplo 1

DO PONTO de vista médico, as pessoas que fumam maconha podem estar em três grupos: os usuários sociais ou ocasionais (cujo consumo não traz complicações ao indivíduo ou à sociedade); os usuários com quadro de abuso (já com conseqüências negativas advindas do uso, como baixo rendimento escolar, dificuldades familiares e alterações psicológicas); e os usuários com dependência (necessita da maconha para relaxar e sem ela não se sente bem).

Atualmente, não conseguimos identificar quais são os fatores que levam uma pessoa a se fixar em um desses estágios. Sabemos que o consumo da maconha é uma condição necessária (só vai ser usuário quem fumar maconha) e que, quanto mais fácil for obtê-la, maior será o risco de a pessoa se tornar usuária.

Cada uma das situações acima necessita de uma avaliação diferente e de condutas específicas. É óbvio que o usuário ocasional não necessita de tratamento; não é preciso ser médico para entender que a pessoa que apresenta dependência precisa ser tratada. Isso vale para usuários de maconha, cocaína, álcool e (perdão ao leitor desavisado) tabaco. (Arthur Guerra de Andrade, FSP, 24/11/2001). (Grifos nossos)

Exemplo 2

Tenho sido honrado com o convite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nesses últimos anos, para participar do encontro anual dos Amigos do MST, durante o qual tenho tido oportunidade de dizer com franqueza minha avaliação de seus atos e do avanço de sua luta pela reforma agrária. Da mesma forma, por três vezes, desde 1999, fui convidado pelo MST e pela Unicamp para proferir aulas, para cerca de mil jovens do MST, sobre problemas brasileiros e os instrumentos para avançarmos na luta pela construção de uma sociedade mais justa (Eduardo Suplicy, FSP, 30/03/2002). (Grifos nossos)

Nos dois excertos acima, os articulistas buscam uma legitimação para tratar do tema que lhes é proposto. Entretanto, há diferenças na forma como essa legitimação é construída.

O médico Arthur Guerra de Andrade legitima “seu” discurso através de marcas textuais, tais como o uso da expressão metaenunciativa *do ponto de vista médico*, que se volta sobre o dizer, esclarecendo, assim, sua posição enunciativa, ou o uso da primeira pessoa do plural, que, nesse caso, indica a existência da voz de certa categoria profissional. Ou seja, o texto de Guerra de Andrade recorre a uma legitimidade que se estabelece com base na voz da medicina. Nesse sentido, o médico em questão mostra-se como alguém “autorizado”, pelo próprio discurso médico, a tratar do tema da liberalização das drogas. Essa legitimação, como vimos, é discursiva e textualmente construída. Há, portanto, um “mascaramento” do locutor em prol de uma coletividade enunciativa.

Já no caso do senador Eduardo Suplicy, a legitimação é feita através de uma sucinta exposição acerca das participações que o citado senador teve na história do MST. Nesse caso, o texto está na primeira pessoa do singular, pois, ao contrário do que ocorre no texto de Guerra de Andrade, há uma exposição do enunciador que se apresenta como alguém pessoalmente vinculado à causa dos sem-terra.

Nesses dois excertos, temos um exemplo claro de ação da singularidade. A legitimação é necessária para ambos os discursos, uma vez que tal legitimação contribuirá, como veremos mais adiante, para o estabelecimento de um certo *efeito de autoria*. Entretanto, a *forma* como cada articulista se autoriza a falar sobre o tema proposto pelo jornal pode, de acordo com o posicionamento teórico que assumimos neste trabalho, estar relacionada aos efeitos estilísticos de cada texto e, portanto, a supostos traços de singularidade.

Devido a dados como os apresentados acima, retornamos à posição teórica adotada por Discini e refutamos sua crítica à proposta de Possenti (1988), segundo a qual o estilo está relacionado a uma escolha. Supomos, como dito anteriormente, que a existência de um estilo dos discursos não se opõe ao fato de haver um trabalho do sujeito. Além disso, postulamos, com base em Bakhtin (1979), que a relação entre estilo individual e estilo dos discursos está diretamente ligada a um estilo dos gêneros. Ou seja, existem gêneros que favorecem um maior *trabalho* do sujeito (Bakhtin cita como exemplo os gêneros literários), enquanto em outros (um memorando ou um relatório de pesquisa, por exemplo) o estilo enquanto *trabalho* é mascarado, atra-

vés de um apagamento dos traços de singularidade. Entretanto, em qualquer um desses gêneros, as coerções das formações discursivas estarão sempre presentes. Na análise do estilo da seção Tendências/Debates, postularemos a existência de uma possível relação entre singularidade e discursividade a partir de três pontos específicos: 1) a escolha dos *temas*; 2) o funcionamento da *autoria*; e 3) o estabelecimento da *polêmica discursiva*.

4.1. A seção Tendências/Debates e a relação entre *mudança e continuidade*

Antes de iniciarmos a análise, é importante esclarecer alguns pontos que ajudarão na compreensão das *Condições de Produção* dos textos em questão. Na seção Tendência/Debates, políticos, economistas e outras autoridades debatem sobre temas considerados polêmicos, como a questão do celibato clerical, a clonagem humana, entre outros. Todos os sábados, os editores da seção escolhem duas personalidades que emitem opiniões, geralmente dizendo SIM ou NÃO para uma pergunta elaborada pelo jornal, sobre um mesmo assunto. A equipe editorial busca sempre trazer à baila assuntos polêmicos que estão sendo amplamente discutidos e, por isso, são, supostamente, de grande interesse. Esses temas são tratados de forma bastante acessível, uma vez que se parte do pressuposto de que o público alvo não é especialista no assunto. As pessoas convidadas a emitir uma opinião sobre determinado assunto podem ser consideradas, na maioria das vezes, “especialistas” naquele tema. Assim, quando o assunto é política, os “debatedores” são políticos de projeção nacional, quando o assunto é economia, professores universitários, que trabalham na área de economia, são convidados a dar sua opinião.

Algumas características que poderiam, em princípio, ser vistas como sem importância contribuem, de forma essencial, para aquilo que estamos chamando de estilo da citada seção. O fato de a seção estar localizada na parte do jornal que traz os textos opinativos já é um indício de que um dos objetivos da T/D é apresentar opiniões sobre um determinado assunto. Além disso, o próprio título da seção “mostra” que nela encontraremos textos que apresentam diferentes *tendências* (políticas, econômicas, religiosas, etc.), além de *debates* (esses só aos sábados) sobre os mais variados temas. Durante a semana seção Tendências/Debates apresenta dois textos versando sobre temas diversos (geralmente esse tema, além de bastante explorado

pela opinião pública, é, em geral, polêmico). Algumas vezes, inclusive, um dos temas tratados durante a semana é retomado no “debate” do sábado. Nessa descrição do jornal é interessante atentar para o fato de que a seção Tendências/Debates, pela sua própria estruturação, contribui, essencialmente, para corroborar o *ethos*⁶ *democrático* que, segundo Discini (2003), é constitutivo da FSP. Afinal, nada mais democrático do que um jornal que “dá voz” aos dois lados de uma polêmica. Aqui, talvez possamos fazer uma aproximação entre *ethos* e estilo. Isso porque a noção de estilo segundo, a qual o texto diz através de sua estrutura (Granger, 1968; Possenti, 1988) está diretamente ligada à noção de *ethos* enquanto corporalidade do discurso (Maingueneau, 1987). Além disso, é interessante notar que entre as características dessa seção está a importância dada ao nome do articulista. Este, como veremos mais adiante, é retomado em vários momentos do texto, o que demonstra um certo funcionamento da autoria.

Ainda no que diz respeito às Condições de Produção da seção Tendências/Debates, notamos, além das características descritas acima, a presença quase constante de assuntos que podem ser analisados a partir dos traços semânticos da *mudança ou da continuidade*. Assim, aqueles sujeitos enunciadores que estiverem submetidos às coerções da “ideologia da mudança” irão, na maioria das vezes, posicionar-se em favor do “novo”. Para esses sujeitos, *a maconha deve ser liberada, a clonagem humana e terapêutica deve ser implementada, os alimentos transgênicos devem poder ser cultivados, a união civil entre pessoas do mesmo sexo deve ser efetivada, o celibato clerical deve ser opcional e as questões de segurança pública devem ser tratadas de forma diferente da atual*. Ou seja, é preciso mudar. Nada deve permanecer como está.

Já para os defensores da continuidade, todas as *mudanças* citadas acima são vistas como precipitações. Ou seja, a militância em prol da continuidade recusa-se a aceitar o fim de uma tradição ou de uma prática social, pois acredita que a mudança é um valor negativo. Para eles, progresso é sinônimo de decadência.

Nosso interesse em verificar o recurso a temas ligados à mudança ou à continuidade consiste no estabelecimento de uma possí-

⁶ Estamos concebendo *ethos* de acordo com Maingueneau. Segundo esse autor “o *ethos implícito*, portanto um policiamento tácito do corpo, uma maneira de habitar o espaço social. Longe de surgir todo armado do imaginário pessoal de um autor, constitui-se através de um conjunto de representações sociais do corpo ativo em múltiplos domínios”. (Maingueneau, 1987, p. 45).

vel relação entre esses temas e o *estilo* da seção. Nessa perspectiva, pretendemos verificar em que medida a escolha de certos temas, ou seja, de um certo *conteúdo*, está relacionada com a *forma* (a estrutura) da seção T/D.

Na seção Tendências/Debates, como dissemos acima, há uma grande ocorrência de temas que estão, de alguma forma, ligados à questão da mudança. Talvez, o constante retorno a esses assuntos se deva à própria proposta da seção, que visa tratar de temas polêmicos que sejam de interesse do público leitor.

Nesse sentido, falar em mudança ou continuidade é falar de algo, ao menos aparentemente, de grande relevância na sociedade atual. Dessa forma, tanto quando trata do direito de um homossexual criar o filho de seu parceiro que faleceu (Tendências/Debates, 12/02/2002), quanto quando aborda a questão do celibato clerical (Tendências/Debates, 27/04/2002) ou da descriminalização da maconha (Tendência/Debates, 24/11/2001), a seção Tendências/Debates está fazendo emergir várias FDs que têm em comum o mesmo *traço semântico*. Em termos discursivos, todos esses temas estão, em certa medida, ligados à oposição entre mudança e continuidade.

No caso das mudanças no campo científico, por exemplo, aqueles que estão ligados ao traço semântico da mudança afirmam que *há uns cem número de situações a serem desenvolvidas para o benefício do ser humano* (João Pedro Junqueira. FSP, 01/12/2001). Em contrapartida, há também os defensores da *continuidade*. Para esses, *a volúpia da conquista pode obcecar o cientista e empolgá-lo a tal ponto que a ciência se volte contra o homem, em vez de servir o homem* (Estêvão Bettencourt, FSP, 01/12/2001). Nessa perspectiva, como veremos mais adiante, essas formações discursivas estão, quase sempre, em uma relação de interincompreensão, pois um enunciador não “pode” compreender a posição discursiva do outro.

Além disso, expressões como *direitos humanos, liberdade civil e ética* têm diferentes significados em cada um desses discursos. Dessa forma, incentivar a clonagem será, para um certo discurso, uma atitude antiética, enquanto que para outro, será um *avanço científico* que contribuirá para a *evolução* da humanidade. Assim, o que a Igreja chama de *direito à vida*, será visto como *atraso científico* para a genética. Questões como essas, aliadas à noção de polêmica e de interincompreensão, irão nos ajudar a compreender o funcionamento discursivo da seção Tendências/Debates, bem como a entender melhor o debate em torno de noções como *ética, bioética, liberdade política, científica*

e *religiosa*, entre outras, na atual conjuntura social e ideológica.

A relação entre mudança e continuidade fica bastante clara quando analisamos, por exemplo, os textos publicados na seção T/D que tratam de assuntos relacionados ao avanço científico. Para aqueles que defendem a mudança, há uma urgência em desenvolver novas técnicas, bem como em quebrar “velhos preconceitos”. Isso porque, para esse discurso, mudar significa evoluir, e essa evolução deve ser implementada o mais depressa possível. É o que podemos observar no trecho abaixo:

Exemplo 3

Se não formos rápidos na discussão, estaremos fadados ao eterno subdesenvolvimento científico-tecnológico, submissos e obrigados a comprar tecnologia ultrapassada. A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele. Algumas vezes essa ciência atropela o pensamento humano e o homem se esforça para compreendê-la melhor. Essa busca por uma nova compreensão permite que a humanidade se desenvolva, cresça e expanda os seus horizontes (João Pedro Junqueira. Nosso admirável mundo novo. FSP, 01/12/2001).

Aqui, o avanço científico é visto como uma forma de evitar que a humanidade esteja fadada ao *eterno subdesenvolvimento científico-tecnológico*. Assim, de acordo com esse trecho, a mudança é algo urgente. Por isso, é preciso que as discussões sejam agilizadas para que haja crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, mudança é sinônimo de avanço científico ou de *busca por uma nova compreensão*. No trecho, também verificamos uma tentativa de defender o discurso científico de uma constante crítica feita por aqueles discursos que se opõem a algumas práticas da ciência como, por exemplo, o uso de embriões humanos na realização de experiências genéticas. Segundo os discursos *anticientíficos* (esse termo já é um simulacro criado por certos grupos de cientistas, afinal nenhum discurso, seja ele religioso ou mesmo de uma outra facção da comunidade científica, se autodenominaria anticientífico), a ciência (ou uma certa ciência) não leva em consideração a vida humana, ou seja, não respeita a humanidade e não trabalha para o *bem* (sema positivo utilizado por esse discurso) dos seres humanos. É contrapondo-se a esse discurso que Pedro Junqueira afirma: “A ciência caminha lado a lado com o ser humano, e não distante dele”. Na primeira parte dessa sentença temos uma afirmação que se contrapõe a um pressuposto segundo o qual *a ciência não caminha junto com a humanidade*. Isso fica ainda mais claro na negação polêmica – e *não distante dele* (do homem) –

que ocorre na segunda parte da sentença.

Em um outro texto, também relacionado à questão da clonagem, verificamos a presença de um discurso contrário à mudança (nesse caso, a mudança corresponde ao desenvolvimento de técnicas de clonagem terapêutica). Nesse texto, a questão da *ética* é evocada enquanto parâmetro que limita, até certo ponto, a “liberdade desregrada”. Assim, para esse discurso, falar em ética é evocar a noção de liberdade com responsabilidade, ou seja, da *mudança prudente*. O título do texto – “*Os fins não justificam os meios*” – já indica uma certa prudência em relação à mudança. Esse título retoma um argumento segundo o qual, mesmo que o objetivo de *salvar vidas* (esse é um dos principais argumentos daqueles que defendem a clonagem) seja nobre, nem todos os meios (as técnicas de clonagem) utilizados para esse fim são justificáveis. No artigo, Estêvão Bettencourt recrimina a clonagem terapêutica, alegando que, mesmo se voltada para fins humanitários, a clonagem é uma atitude antiética⁷. É o que podemos comprovar na análise do trecho abaixo:

Exemplo 4

Não é lícito produzir um ser humano com a intenção premeditada de o explorar como coisa e depois matá-lo ou congelá-lo por cinco anos e eliminá-lo, desde que um casal benévolo não o venha procurar. A finalidade boa não justifica os meios maus. Aliás, a própria ciência sabe também que, no adulto, existem células-tronco que podem atender à finalidade terapêutica visada. A ciência sem consciência ética pode se voltar contra o homem. Afinal, ela deve ser cultivada em favor do homem e não em favor da ciência (Estêvão Bettencourt. Os fins não justificam os meios. FSP, 22/06/2002).

Nesse exemplo, Estêvão Bettencourt define a medicina genética como sendo a *ciência sem consciência ética*. Assim, a ética é vista como parâmetro para julgar até que ponto a ciência está voltada para o benefício da humanidade. Nessa perspectiva, apelar para a *ilicitude* da clonagem é reafirmar um discurso segundo o qual a *falta de ética* (para aqueles que vêem a clonagem como uma atitude antiética) é interpretada como *falta de respeito* à vida autenticamente humana. Assim, a clonagem é vista, por esse discurso, como uma mudança que só trará conseqüências negativas para a humanidade e que, por isso, as pesquisas nessa área não devem ser implementadas.

⁷ Nesse texto, o que está sendo discutido é a clonagem terapêutica. Ou seja, a clonagem de embriões que ainda estão no início da gestação.

Pelo que pudemos observar nos exemplos acima, os traços semânticos da mudança e da continuidade são uma constante nos textos da seção Tendências/Debates. Nesse sentido, postulamos que o recurso a esses temas, bem como um certo funcionamento da autoria e da relação polêmica (como veremos nos próximos tópicos), caracterizam, em certa medida, o estilo da seção.

4.2. O funcionamento da autoria

No texto *O que é um autor?*, Foucault propõe uma redefinição da autoria baseada na construção da noção da “função autor”. Função essa que, segundo o filósofo, se manifesta de forma diferente em cada época e em cada discurso. Para melhor demonstrar o funcionamento da autoria, Foucault apresenta quatro características que, segundo ele, servem para reconhecer, na nossa cultura, um discurso portador da função autor. A primeira dessas características é uma certa relação jurídica entre a obra e seu autor. Segundo Foucault, “os textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores / .../ na medida em que o autor se tornou passível de ser punido” (Foucault, 1969, p. 47). O autor é, portanto, aquele que é responsável por sua obra⁸. Essa característica tem uma grande importância para a análise da seção Tendência/Debates. Como dissemos acima, dentre as características dessa seção, podemos observar a importância dada à “assinatura” do articulista (aliás, o próprio Foucault analisa a função do *nome de autor*). Esta aparece na página principal do jornal, quando o texto é anunciado, e torna a aparecer no início do artigo⁹. Além disso, no final de cada texto há uma nota de rodapé onde consta um breve *curriculum* do “autor”. É um exemplo:

Exemplo 5

Mayana Zatz, professora titular de genética humana e médica da USP, é coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano do Instituto de Biociências da universidade.

⁸ Nesse sentido, podemos fazer uma aproximação entre a noção de responsabilidade em Foucault e a definição de *locutor*. Segundo as teorias da enunciação (Ducrot, 1984, entre outros), *locutor* é uma expressão que designa o “falante” enquanto responsável pelo que diz.

⁹ Acreditamos que existem algumas semelhanças entre o que Foucault chama de traço da responsabilidade e a estrutura dos textos opinativos. Entretanto, ressaltamos que essa aproximação, apesar de possível, não é obrigatória. Ou seja, unir a questão da responsabilidade enunciada por Foucault à caracterização dos artigos de opinião é fazer uma aproximação possível, porém não autorizada pelo autor em questão.

Como podemos notar, a nota de rodapé, além de “justificar” a escolha da geneticista para opinar sobre o tema em questão (clonagem terapêutica), uma vez que ela é apresentada como uma pessoa “capacitada” para falar sobre o assunto, isenta a FSP de qualquer *responsabilidade* jurídica para com o artigo. Nessa perspectiva, podemos dizer que a *forma* como a seção é estruturada faz funcionar aspectos de autoria em relação aos textos que nela são publicados. Mesmo se não houvesse uma nota de rodapé com o *Curriculum Vitae* da autora do texto, o fato de a seção ser assinada produz um certo *efeito de autoria* que indica um funcionamento do nome do autor ligado ao traço da responsabilidade. Obviamente, não se pode dizer que esse efeito de autoria corresponde exatamente à noção de nome de autor proposta por Foucault. As condições de produção do texto jornalístico são totalmente diferentes das de obras nas quais podemos, segundo Foucault, identificar a particularidade do nome de autor. Além disso, não se pode considerar um artigo de opinião uma *obra*, no sentido foucaultiano do termo. Entretanto, não estamos falando aqui de uma autoria propriamente dita, mas de um *efeito de autoria*, ratificado por meio do traço da responsabilidade. Salientamos que, para Foucault, a autoria implica responsabilidade, mas nem tudo que supõe uma responsabilidade é sinal de autoria. No entanto, acreditamos que existem diferentes “níveis” de estabelecimento da autoria e que o traço da responsabilidade, mesmo que não possa caracterizar a autoria da qual trata Foucault, sempre supõe um certo efeito de autoria.

Essa responsabilidade do “autor” em relação ao texto está marcada em outros textos da seção Tendências/Debates quando o próprio articulista procura mostrar aos leitores que é alguém autorizado a falar sobre o tema em questão. É o que ocorre no texto *Recomendações francas*, escrito pelo senador Eduardo Suplicy e publicado na seção Tendências/Debates do dia 30 de março de 2002, como pudemos observar no *exemplo 2* deste trabalho.

No texto em questão, o citado senador procura comprovar seu envolvimento com a causa dos Sem Terra e, conseqüentemente, mostrar que é alguém autorizado a opinar sobre o assunto. Ou seja, evocando sua “*constante luta em favor dos Sem Terra*”, Suplicy reafirma sua autoridade para falar sobre a “invasão”¹⁰ do MST à fazenda dos

¹⁰ Note-se que a pergunta fomentadora do debate neste dia é “O MST cometeu um erro de estratégia ao invadir a fazenda dos filhos de FHC?”. O uso do verbo “invadir”, nesse contexto, invalida, se apelarmos para uma análise discursiva, a suposta *neutralidade* da pergunta.

filhos de FHC. Essa suposta autoridade já havia sido sinalizada pela equipe editorial da seção T/D quando convidou o senador para escrever um artigo relacionado às atitudes do MST.

Ainda de acordo com o texto de Michel Foucault, a segunda característica da função autor é a constatação de que essa função “*não se exerce de forma constante e universal sobre todos os discursos*” (Foucault, 1969, p. 48). Para exemplificar essa característica, Foucault cita a relação entre o discurso científico e a questão da autoria. Segundo esse autor, na Idade Média, os textos ditos científicos só eram aceitos como verdade se viessem com as respectivas assinaturas de seus “autores”. Já, a partir do século XVII, ainda segundo Foucault, não havia mais a necessidade do nome do autor para que um texto científico pudesse ser lido como verdade¹¹. No *corpus* que estamos analisando, podemos caracterizar a autoria não só como constitutiva ou não de uma determinada época, mas, ampliando essa questão, observar o funcionamento de um *efeito de autoria* como um dos traços característicos de alguns gêneros discursivos. Nesse sentido, verificamos que, mesmo em um mesmo suporte (como é o caso do jornal), existem gêneros que apagam a autoria (o editorial, por exemplo) e gêneros que explicitam a autoria, como pudemos observar no caso da seção Tendências/Debates. Assim, a autoria não é apenas uma questão de tipos de discursos (literários, científicos, etc.), como pensava Foucault, é também uma questão de gênero. Ela se manifesta no discurso, mas o apagamento ou não de suas marcas está presente no texto. Não queremos com isso reduzir a função autor aos textos identificados (textos assinados), pois sabemos que existem outros traços que caracterizam a questão da autoria. Afinal, mesmo estando assinado, o texto publicado em um jornal não apresenta, como dissemos anteriormente, o mesmo funcionamento da autoria de um texto literário, por exemplo. Portanto, há funcionamentos diversos, representados por diferentes traços, mas que, de alguma forma, remetem à função autor.

A terceira característica da função autor é aquela que define a autoria “*não pela atribuição espontânea de um discurso ao seu pro-*

¹¹ A respeito da presença do nome do autor nos textos científicos da Idade Média, Chartier (1994, p. 57) faz o seguinte comentário: “*Foucault tem, portanto, razão ao reconhecer uma presença do autor na Idade Média, na época da circulação de textos em manuscritos, mas a hipótese segundo a qual essa função classificatória dos discursos ter-se-ia ligado aos textos ‘científicos’ enquanto as obras ‘literárias’ seriam governadas pelo regime do anonimato parece mais frágil*”.

dutor, mas através de uma série de operações específicas e complexas” (Foucault, 1969, p. 50). É a partir dessa terceira característica que podemos ver o autor como alguém que *estabelece uma certa constância no nível de valor da obra, apresenta um certo grau de coerência conceptual, mantém a unidade estilística e permite ultrapassar as contradições que podem manifestar-se numa série de textos* (p. 54). Como dissemos acima, nem todos os traços observados por Foucault estão presentes em todos os gêneros. Assim, verificamos que essa terceira característica não se aplica aos textos da seção Tendências/Debates.

A propósito da quarta e última característica, Foucault define a função autor como aquela que, baseando-se no princípio da dispersão do sujeito, pode dar lugar a vários “eus” simultâneos, ou, se preferimos, a várias instâncias enunciativas. Ou seja, o enunciador assume diferentes posições discursivas em um mesmo texto. Entre essas diferentes instâncias enunciativas podemos citar a questão do *simulacro*¹² quando o enunciador “simula” falar a partir da posição do adversário para poder “desqualificar” o discurso Outro. Tal desqualificação se dá não a partir das “palavras” do outro, mas de uma tradução que o discurso que retoma faz do discurso citado.

4.3. Estilo e interincompreensão

A noção de *interincompreensão* está, de acordo com Maingueneau (1984) diretamente relacionada com a noção de *polêmica*. Neste artigo, utilizaremos a noção de interincompreensão para tentar compreender como se constitui o *discurso polêmico* e observaremos, principalmente, até que ponto a *forma* de constituição da polêmica está relacionada à questão do estilo.

A existência do processo de interincompreensão está, segundo Maingueneau (1984), em conformidade com o fato de enunciarmos sempre de uma certa Formação Discursiva. Ou seja, o universo semântico que faz parte de nossa formação discursiva faz com que não compreendamos o discurso do Outro. Nesse caso, o que ocorre é uma

¹² No que se refere à polêmica discursiva, de acordo com Maingueneau (1984, p. 103), *para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele*. Assim, a criação do simulacro não é fruto de uma decisão (ou da incapacidade) de um sujeito empírico, mas é efeito discursivo.

“tradução” do discurso alheio de acordo com a grade semântica pertencente à Formação Discursiva que o está retomando. Assim, toda vez que um determinado discurso está se constituindo, inicia-se a elaboração de uma rede dialógica que atrai para si uma infinidade de outros discursos. Porém, esses discursos Outros são sempre modificados. Essa modificação se dá, muitas vezes, de forma polêmica, ou seja, o discurso-agente – aquele que se encontra na posição de tradutor – apropria-se do discurso paciente – aquele que é traduzido – e reinterpreta esse último para poder, dentre outras coisas, garantir o seu espaço e desautorizar o discurso Outro.

No que se refere à seção Tendências/Debates, talvez seja proveitoso observar que, apesar do discurso polêmico estar presente em todos os artigos que constituem a seção, existem diferentes *formas* de estabelecer o simulacro. Ou seja, existem pequenas diferenças na forma de criar o simulacro. Essas diferenças envolvem fatores como, por exemplo, o tom dos artigos e a presença de certos trechos do discurso do Outro que são inseridos no discurso do Mesmo. Analisaremos, a seguir, dois textos da seção T/D para que possamos compreender melhor a tese que estamos defendendo neste artigo.

Na seção Tendências/Debates do dia 24/04/2002, encontramos como pergunta motivadora do debate a seguinte questão: “*O aumento do IOF para cobrir as perdas da CPMF é uma medida adequada?*”. Os dois políticos “convidados” pelo jornal para responder a essa pergunta são: 1) o deputado *Arthur Virgílio Neto*, que responde SIM à questão proposta pelo jornal, identificado na nota do fim do artigo como “*deputado (PSDB – AM) e líder do governo no Congresso Nacional*” e 2) o também deputado federal *José Genoíno*, que responde NÃO à questão, identificado como “*integrante do PT e candidato do partido ao governo do Estado*”. A interincompreensão, como era de se esperar, está o tempo inteiro presente em ambos os textos. Mas existem diferenças estilísticas na construção dos artigos. Esse é o ponto que queremos destacar na criação dos simulacros.

A tese defendida no texto de Arthur Virgílio Neto é a de que o aumento do IOF é inevitável. Para sustentar essa tese, o deputado estabelece um contraponto com o discurso da oposição, retomando esse discurso em forma de simulacro. Para exemplificar, vejamos o trecho abaixo:

Exemplo 6

Dinheiro não escorre de nenhuma torneira. E nem depende da famosa e téttri-

ca “vontade política”, que é, idilicamente, brandida por setores da oposição, quase que num contraponto à realidade dos fatos.

Nesse trecho, o deputado Arthur Virgílio introduz no seu texto o termo *vontade política* que está sempre presente no discurso político da oposição¹³. Entretanto, esse termo não entra no texto de Arthur Virgílio da mesma forma que é interpretado pela oposição. O termo *vontade política*, além de aparecer entre aspas, indicando, segundo Authier-Revuz (1998), um suposto distanciamento do enunciador em relação ao enunciado, aparece ressignificado de acordo com a grade semântica específica do discurso da situação (governistas). Assim, o que para a oposição é *vontade política*, para os governistas é uma maneira “*dos homens públicos irrealistas exercitarem sua ‘bondade’ social sustentada por colunas de papelão*” (trecho do texto de Arthur Virgílio Neto).

Em um outro momento, o deputado Arthur Virgílio faz referência explícita a seu “*companheiro de página*”, refutando os prováveis argumentos apresentados pelo deputado Genoíno e buscando desmoralizar esses argumentos¹⁴.

Exemplo 7

Meu companheiro de página, hoje, certamente, borboleteará em torno de fórmulas periféricas ao verdadeiro compromisso com o ajuste fiscal.

Ao *escolher* dirigir-se abertamente a seu “adversário” no debate, o deputado Arthur Virgílio assume um *ethos* de superioridade¹⁵, que pode ser comprovado, por exemplo, pelo uso de termos como *borboleteará*. Nesse contexto, esse verbo pode ser entendido como *tratar um assunto de forma fantasiosa, ou seja, devanear em relação a esse assunto* (cf. Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, 1999). Além dis-

¹³ Um exemplo disso é o seguinte trecho, também retirado da coluna Tendências/Debates: “*É inaceitável que a sociedade, que sofreu com o apagão e economizou energia, sob ameaça de pagamento de multas e corte no fornecimento, continue pagando por uma conta que é mais uma consequência da falta de vontade política desse governo*” (Tendências/Debates, 13/04/2002).

¹⁴ De acordo com Maingueneau (1984), a antecipação que o deputado do PSDB faz dos possíveis argumentos de Genoíno só é possível devido à *competência interdiscursiva*. Pois, graças a essa competência, o deputado situacionista torna-se “capaz” de identificar os enunciados do discurso Outro (nesse caso, o discurso petista) e traduzir esses enunciados no interior do seu próprio discurso.

¹⁵ Com relação a esse *ethos de superioridade* dos tucanos, fazemos referência ao trabalho desenvolvido por Miqueletti (2002) que apresentou de forma bastante clara a constituição do *ethos* tucano.

so, quando o deputado tucano diz que seu opositor *borboleteará em torno de fórmulas periféricas*, ele está, até certo ponto, ridicularizando o adversário. Dessa forma, a *oposição* (ou, mais precisamente, o PT) é apresentada, a partir do simulacro criado pelo texto do deputado situacionista, como sonhadora, inseqüente e despreparada, pois não é capaz de “*escolher entre o desagradável e o desastroso*”.

O deputado oposicionista José Genoíno inicia seu texto responsabilizando diretamente o Ministério da Fazenda pelo aumento do IOF. É o que podemos comprovar no trecho abaixo:

Exemplo 8

A decisão do Ministério da Fazenda de aumentar a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) caracteriza mais um dos abusos que este governo vem cometendo sistematicamente contra o contribuinte e o consumidor

Aqui, o deputado Genoíno responsabiliza de forma categórica o Ministério da Fazenda pelo aumento da alíquota do IOF, afirmando que a medida foi uma *decisão* desse Ministério. Entretanto, se voltarmos ao texto de Arthur Virgílio Neto, verificaremos que o que Genoíno chama de *decisão* o deputado governista considera uma *opção*. Vejamos:

Exemplo 9

Daí a opção pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, que talvez, por si só, não seja suficiente para cobrir o inteiro do déficit.

Além do uso do substantivo *opção* que, ao contrário de *decisão*, suaviza bastante a ação do Ministério, atente-se para o fato de que, no texto de Arthur Virgílio, a oração que trata da *opção* do Ministério não apresenta o responsável por essa opção, ou seja, o *complemento nominal* do substantivo *opção* não está explicitado. Aliás, em nenhum momento o deputado situacionista informa quem *optou* pelo aumento. Mesmo supondo que o leitor “saiba” que essa decisão só poderia vir do Ministério da Fazenda, portanto, do Governo, o efeito de sentido que essa *escolha* do enunciador gera é o de que *não há um responsável pelo aumento* que, como defende o deputado Arthur Virgílio, *é inevitável*. Isso ocorre, provavelmente, porque a grade semântica específica que rege o discurso de Arthur Virgílio considera o aumento uma necessidade e não uma decisão. Nesse sentido, o discurso no qual o deputado situacionista está inserido não “permite” que

o texto em questão explicita quem são os “responsáveis” pelo aumento do IOF, pois tal explicitação permitiria a conclusão de que haveria outra opção e isso geraria um efeito de responsabilização que o discurso situacionista pretende evitar. Além disso, outro ponto que merece destaque é o fato de Arthur Virgílio, ao contrário de Genoíno, não explicitar o motivo do atraso na aprovação da ementa constitucional que prorroga a CPMF. Vejamos os trechos que tratam sobre essa questão nos dois textos:

Exemplo 10

O atraso na aprovação da proposta de ementa constitucional que prorroga a CPMF abre buraco inaceitável nas contas públicas brasileiras. (texto de Arthur Virgílio Neto – deputado governista).

Exemplo 11

O atraso na aprovação da prorrogação da CPMF deveu-se à briga na base governista, entre PSDB e PFL, que resultou na liquidação da candidatura de Roseana Sarney à Presidência da República. (texto de José Genoíno – deputado oposicionista)

Neste caso, a *escolha* por não informar o motivo no atraso na votação da ementa está diretamente relacionada ao fato de a posição discursiva na qual o deputado Arthur Virgílio está inserido não “permitir” que esse motivo seja explicitado. Por isso, remetendo, mais uma vez à noção de interincompreensão de Maingueneau (1984), verificamos que o estilo, nesse caso, está sendo determinado pelo fato de o Outro, ao qual o discurso de Genoíno se opõe, representar sempre uma ameaça, havendo, portanto, a necessidade de destruí-lo. Ou seja, para a posição discursiva na qual o deputado petista está inserido, não basta falar em atraso, é preciso acrescentar que este atraso é culpa do governo.

5. Considerações finais

A partir do esboço de análise que desenvolvemos aqui, é possível fazer algumas observações sobre estilo da seção Tendências/ Debates. No que diz respeito à nossa primeira hipótese, podemos afirmar que realmente existe uma preferência por temas que evocam os traços semânticos da mudança e da continuidade. Em relação à segunda hipótese, há um *funcionamento da autoria* que é, de certa forma, constitutivo do estilo da seção. Esse funcionamento pode ser com-

provado, principalmente, através da importância que é dada ao nome do articulista e da *responsabilidade* evocada a partir dessa identificação. Quanto à nossa terceira hipótese, a análise revelou que talvez possamos falar de um certo *estilo dos discursos polêmicos*. Isso porque, fazendo referência a Maingueneau (1984), que diferencia o *nível dialógico*, inerente a todo e qualquer discurso vivo, do *nível propriamente polêmico*, no qual o Outro só entra *anulado*, podemos afirmar que existe um dialogismo constitutivo, segundo o qual todos os discursos estariam sempre polemizando, uma vez que todo discurso é sempre uma “reposta” aos demais discursos que com ele dialogam. Entretanto, para além dessa polêmica constitutiva, existe um nível polêmico propriamente dito. Nesse nível, os discursos partilham do mesmo espaço discursivo e, por isso, necessitam disputar esse espaço para, através da “destruição” do Outro, afirmarem-se como únicos ocupantes legítimos de tal espaço. Por isso, no caso da polêmica propriamente dita, o simulacro não só está presente, mas também caracteriza, até certo ponto, o *ethos* do discurso. Assim, com base em Discini (2003), estamos fazendo uma aproximação entre *ethos* e estilo, pois entendemos que o discurso polêmico tem uma *corporalidade* e um *tom* próprios que, de acordo com Maingueneau (1987), caracterizam o *ethos* de um discurso. Talvez a existência de um *ethos* dos discursos polêmicos que se caracteriza, entre outras coisas, pela presença do simulacro, seja um indício de que tal fenômeno (o simulacro) é um efeito que, de alguma forma, contribui para constituição do estilo dos discursos polêmicos.

Ampliando essa conclusão, talvez possamos afirmar que, apesar de a FD determinar o que pode e deve ser dito, existem também condicionamentos próprios do *estilo dos gêneros* e que esses condicionamentos fazem com que o *ethos* do enunciador mude (ou, ao menos, assuma uma corporalidade mais adequada) de acordo com o gênero no qual está inserido. Assim, mesmo o discurso dos tucanos sendo um discurso de “superioridade” (cf. Miqueletti, 2002) em relação à oposição (nesse caso, ao PT), quando materializado em um gênero no qual a polêmica funciona como relação constitutiva (caso da seção Tendências/Debates), esse tom torna-se relativamente agressivo. Em outras palavras, nesse caso, haverá, por parte do discurso do PSDB, uma certa agressividade, além do tom de “deboche” e “desprezo” que caracteriza o *ethos* de superioridade desse discurso. Essas observações em relação à existência de um suposto *ethos* polêmico possibilitam o seguinte questionamento: assim como determinados discursos

preferem um e não outro gênero para se materializarem (isso já foi discutido nos trabalhos de Maingueneau através dos conceitos de *semântica global* e de *prática discursiva*), os gêneros poderiam, de alguma maneira, suscitar modificações no *ethos* dos diferentes discursos? Reconhecemos que essa questão não pode ser satisfatoriamente respondida neste artigo, uma vez que os dados aqui apresentados são de um único gênero discursivo e isso impossibilita uma observação mais detalhada acerca da relação entre gênero e discurso. No entanto, salientamos que, de acordo com esses mesmos dados, pode-se supor que a seção Tendências/Debates apresenta, além do *ethos* dos discursos, uma estrutura própria que, aliando-se ao *ethos* de cada discurso ali materializado, cria diferentes efeitos de estilo.

SILVA, E. G. Style, Ethos and discursive functionality in the Tendências/Debates section of the *Folha de S. Paulo* newspaper

Abstract: *In this paper, we aim to analyze the style of Tendências/Debates section of the Folha de S. Paulo newspaper. We examine the contribution of this section style to the polemic relation established between the texts in the section. We also examine the textual signs that are responsible by the authorial effect. In the analysis, we realized that the style of the section examined is marked on the texts by different discursive-argumentative strategies. These strategies depend on the "ethos" that is expressed principally by those marks on text and by individual style of each author.*

Keywords: *discourse; newspaper; ethos; authorial effect; polemic.*

6. Referências

AUTHIER-REVUZ. (1998). **Palavras incertas**. Campinas, Editora da Unicamp.

BAKHTIN, M. (1979). "Os gêneros do discurso" In: **Estética da criação verbal**. 2º ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

CHARTIER, R. (1994). **A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore: Brasília, Editora da UnB.

DE CERTEAU, M. (2000). **A invenção do Cotidiano** (Artes de fazer). Petrópolis, Vozes.

DISCINI, N. (2003). **O estilo nos textos**. São Paulo, Contexto.

DUCROT, O. (1984). “O esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. In: **O dizer e o dito**. Campinas, Pontes, 1987.

FOUCAULT, M. (1969). O que é um autor? In: **O que é um autor**. /s.l./ Passagens.

_____. (1975). **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 2003.

GRANGER, G. (1968). **Filosofia do Estilo**. São Paulo, Perspectiva – Edusp.

HOLANDA, A. B. de. (1999). **Novo Aurélio – O dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

MAINGUENEAU, D. (1984). **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Pos-senti. Curitiba, Criar Edições, 2005.

_____. (1987). **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP, Pontes.

MAYRINK-SABISON, M. L. T. (1999). **Metodologia de investigação em alfabetização**: um programa de investigação baseado no paradigma indiciário. (inédito). Campinas, IEL/UNICAMP.

MIQUELETTI, F. (2002). **Discurso, tom e caráter: uma análise do ethos tucano**. (Dissertação de Mestrado). Campinas, IEL/UNICAMP.

POSSENTI, S. (1988). **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo, Martins Fontes.

7. Bibliografia

MAINGUENEAU, D. (1993). “O ethos”. In: **O contexto da obra literária**. São Paulo, Martins Fontes.

POSSENTI, S. (1995). **O eu no discurso do Outro**: a subjetividade mostrada. In: ALFA (UNESP), 1995, v. 39, pp. 45 – 55.

_____. (2002). “Indícios de autoria”. In: **Perspectiva** – Revista do Centro de Ciências da Educação, 20 (1) (Expressando a língua portuguesa e seu ensino). Florianópolis, Editora da UFSC. pp. 105-124.